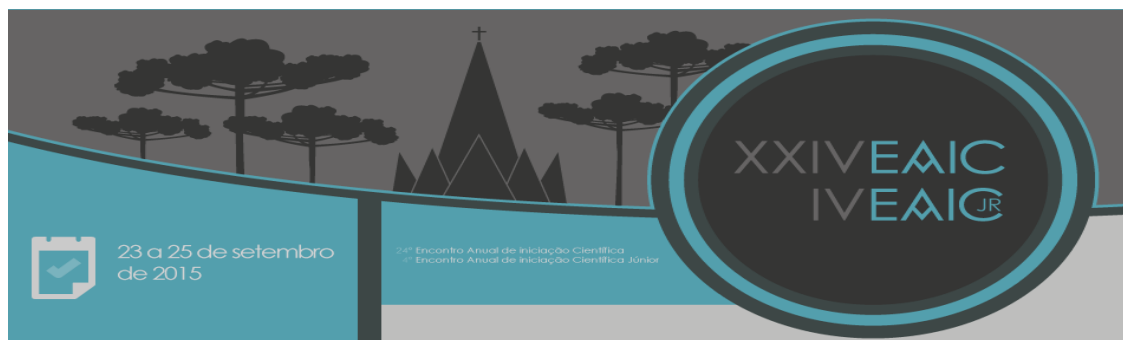




A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

João Gabriel Yaegashi (PIBIC/CNPq/Uem), Elsa Midori Shimazaki
(Orientadora), e-mail: jgyaegashi@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes / Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas, Subárea: Educação

Palavras-chave: Inclusão escolar, Integração social, Educação Inclusiva

Resumo:

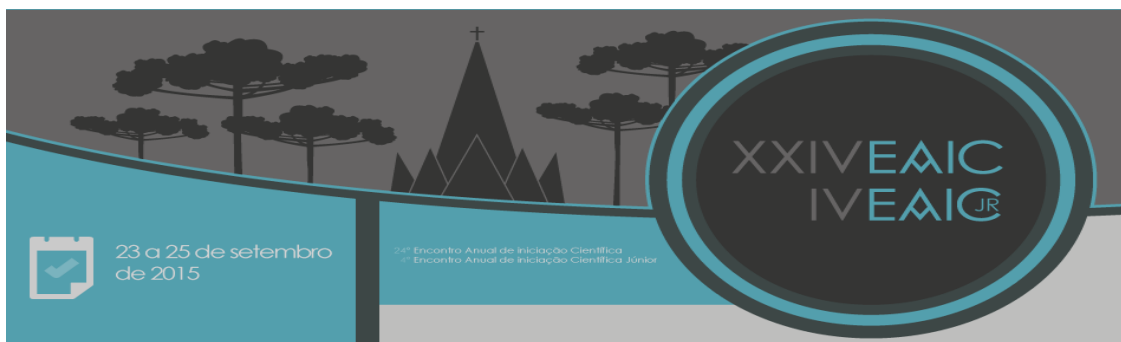
A presente pesquisa teve como objetivo estudar a inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais no decorrer da história. Para tanto, foi realizado um estudo de natureza teórica e histórica. Verificamos que por meio de muita luta foi possível estender sobre essas pessoas os direitos garantidos aos demais seres humanos. Todavia, ainda há muito o que se fazer para que elas participem real e ativamente do processo de ensino e aprendizagem no ensino regular e sejam efetivamente incluídas. Chegamos à conclusão que, mais do que um direito dos alunos com necessidades educacionais especiais, a inclusão educacional se apresenta como uma questão ética e, como tal, uma questão que deve ser amplamente discutida por profissionais de diferentes áreas a fim de que seja possível superar os desafios que ainda se impõem para que haja, de fato, a sua integração social e inclusão escolar.

Introdução

A educação inclusiva é atualmente debatida em diferentes segmentos da sociedade. O princípio constitucional de igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas e nas universidades tem sido amplamente discutido, implicando na necessidade de revisão de velhos conceitos de normalidade e de padrões de aprendizagem.

Contudo, a inclusão escolar e social exige mudança de mentalidade, mudança nos modos de vida, quebra de paradigmas, muitas reflexões, e como princípio fundamental, a valorização da diversidade humana.

Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo estudar a questão inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais no decorrer da história, a fim de compreender como foram



elaboradas as políticas educacionais inclusivas e de que forma elas foram implementadas.

De acordo com Alencar (2010), ao longo da história, o compromisso com a construção de sistemas educacionais inclusivos foi efetivado por meio de tratados mundiais. Dentre os documentos de âmbito internacional merecem destaque: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Guatemala (1999). Esses documentos foram produzidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) com intuito de nortear o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros.

No Brasil, segundo Alencar (2010), a luta pelo direito à educação para todos se efetivou por meio de políticas públicas contempladas nos seguintes documentos: Constituição Federal (BRASIL, 1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 3298 (BRASIL, 1999); Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2001); Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência (BRASIL, 2001); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), dentre outras.

Todos esses documentos têm como finalidade promover tanto o direito à igualdade quanto a atenção educacional, buscando contemplar a diversidade a partir dos princípios éticos do respeito aos direitos humanos.

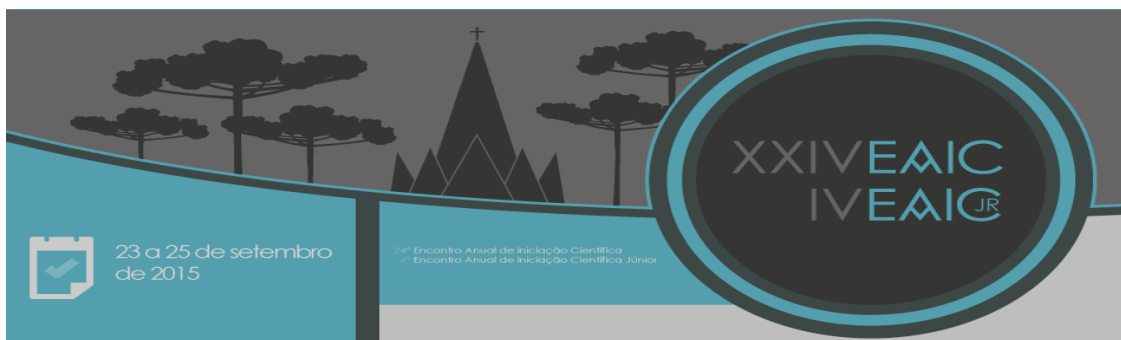
Nesse sentido, a realização dessa pesquisa justifica-se pela necessidade de profissionais de diferentes áreas, especialmente da Educação e do Direito, refletirem acerca dos limites e possibilidades da inclusão, buscando formas para que ela se efetive no cotidiano escolar e universitário.

Materiais e métodos

Para a realização do estudo, realizou-se uma pesquisa documental com o intuito de analisar documentos que tratam da questão da inclusão escolar, tais como: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Parecer 013/2009 – CNE e o Decreto 7611/2011. Foram estudados, ainda, autores que discutem os desafios para que a inclusão escolar se efetive.

Resultados e Discussão

A concepção de “pessoa” sofreu diversas mutações ao longo da história. Essas, de acordo com Marx e Engels (1989 apud



ALBUQUERQUE; MORI, 2011), são justificadas pela necessidade e pela demanda de cada sociedade.

Deste modo, nas sociedades mais primitivas, as pessoas que tinham algum atributo que impedisse ou complicasse sua colaboração e permanência no grupo eram abandonadas a própria sorte por uma questão de sobrevivência (BIANCHETTI, 1998).

Esse quadro somente teve uma mudança significativa durante o período feudal, em que a igreja atingiu o *status* de instituição hegemônica. O corpo e a mente passam de uma concepção filosófica para uma concepção teológica, em que todos possuímos liberdade, alma e somos merecedores de vida e respeito por sermos todos oriundos de um mesmo criador. A partir desta concepção do ser humano, o abandono de pessoas deficientes tornou-se inaceitável.

A partir do sec. XIX, com a elaboração de Leis, movimentos organizados por pais e profissionais, tem-se um grande avanço na legislação pela inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Segundo Albuquerque e Mori (2011), um marco importante na luta contra a segregação foi a publicação da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, a qual estabeleceu as diretrizes básicas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, com altas habilidades/superdotação ou com transtornos globais do desenvolvimento. Conforme o documento, é direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola e estarem todos juntos, aprendendo e participando sem nenhuma forma de discriminação (BRASIL, 2008).

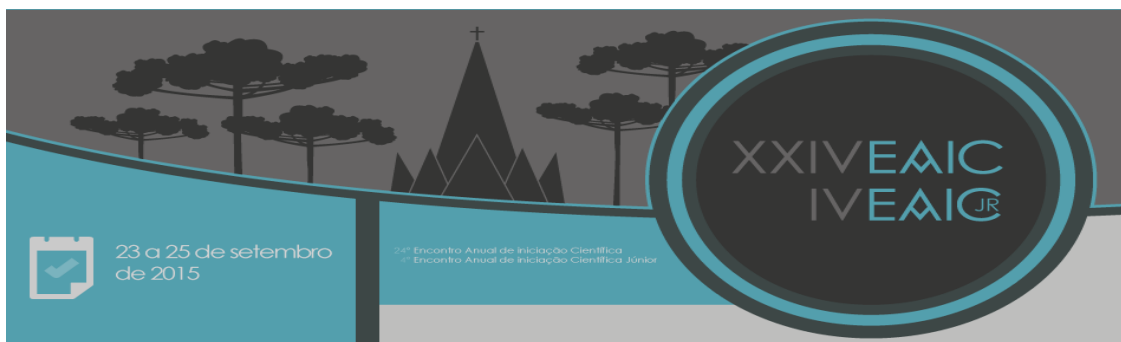
Lopes e Marquezine (2012) argumentam que o caminho para a educação inclusiva é longo e há muito para ser realizado a fim de que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) participem real e ativamente do processo de ensino e aprendizagem no ensino regular.

Conclusões

No decorrer deste estudo, procuramos demonstrar como os aspectos históricos e culturais refletem em nossas acepções de “ser humano”, de “dignidade”, de valores éticos, em nossos ideais, enfim, na forma como enxergamos os outros e a nós mesmos. Somos um reflexo histórico e cultural da sociedade em que vivemos.

O direito à educação é um direito constitucional (art. 205, CF 1988), sendo a educação especial também garantida neste dispositivo (art. 208, inc. III, CF 1988). É dever do estado garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos deste país, não adjetivando seus destinatários.

Por muito tempo, este direito foi negado às pessoas com deficiência. O tratamento destinado a elas tinha como simples objetivo a normalização de suas peculiaridades em detrimento de sua singularidade. O que acabava



ocorrendo era uma mera segregação e descaso com uma forma realmente efetiva de escolarização destas.

Contudo, houve grandes movimentos em prol da real inclusão destas pessoas, assim como um avanço notável na legislação, e isso ocorreu com muita força no Brasil. Nosso país e seus governantes voltaram sua atenção para as reais necessidades das pessoas com necessidades educacionais especiais. Porém, não basta apenas reconhecer o cotidiano de exclusão escolar das pessoas com deficiência, é preciso promover uma ruptura dos antigos pilares que antes sustentavam uma estrutura de preconceitos e indiferença.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pelo auxílio financeiro para a realização da pesquisa. Tal auxílio foi fundamental para a minha formação profissional, uma vez que possibilitou a aquisição de materiais e a participação em eventos científicos.

Referências

ALBUQUERQUE, Rosana Aparecida; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Educação Especial: da segregação. In: CAMARGO, Janira Siqueira; ROSIN, Sheila Maria (Orgs.). **Psicologia da Educação para o curso de Letras**. Maringá: EDUEM. Cap. 7, p. 81-102.

ALENCAR, Gizele Aparecida Ribeiro de. Deficiência e necessidades especiais no contexto inclusivo. In: ROSIN, Sheila Maria; CAMARGO, Janira Siqueira (Orgs.). **Psicologia da Educação na Formação Docente em Ciências Biológicas**. Maringá: Eduem, 2010. Cap. 7, p. 97-118.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da Educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 21-51.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

LOPES, Esher; MARQUEZINE, Maria Cristina. Grupo de estudo: contribuição na capacitação do professor para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. In: SHIMAZAKI, Elsa Midori; PACHECO, Edilson Roberto (Orgs.). **Deficiência e inclusão escolar**. Maringá: Eduem, 2012.